

## Diversidade e trajetórias de evolução das unidades produtivas

---

Patrick Caron

A valorização da mão-de-obra familiar e a autonomia de gestão dos meios de produção são as duas principais características da agricultura familiar que fazem da unidade familiar de produção um nível de organização maior. É nesse nível que os produtores definem, para eles e para os seus familiares, os seus objetivos, em função da percepção que têm de seu meio e da sua situação nesse meio. É, também, nesse nível que eles mobilizam, organizam e gerenciam os meios de produção e que escolhem destinar os frutos de seu trabalho ao investimento, ao consumo ou à poupança. O pequeno produtor é, desde os anos 80, objeto de múltiplas atenções por parte das instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento. Porém, para além dos termos genéricos de pequena produção ou de agricultura familiar, as realidades são plurais. É essa diversidade que analisaremos na primeira parte deste capítulo. Em seguida, nosso interesse se voltará para as trajetórias de evolução das unidades de produção familiar.

2883  
.....

## Diversidade das unidades produtivas e dos produtores familiares

Numerosas tipologias realizadas no quadro de projetos de pesquisa evidenciaram a diversidade das unidades produtivas e dos produtores familiares. Os quatro estudos de casos apresentados aqui trazem um esclarecimento concreto sobre essa diversidade e sobre as tendências de evolução (Fig. 3). Embora tenham sido realizados por autores diferentes, em função de objetivos e segundo métodos específicos, esses estudos permitem identificar algumas constantes.

### Em Massaroca, BA – Os meios de produção da unidade produtiva e a especialização das produções

Em Massaroca, Município de Juazeiro uma primeira tipologia das unidades produtoras foi elaborada em 1987, a partir de um estudo realizado com cerca de 30 unidades (Tonneau et al., 1988), em seguida validada pela pesquisa realizada em 1990, englobando cerca de cem famílias. Esse estudo identifica três principais tipos, três lógicas, em função dos meios de produção disponíveis, das escolhas de produção e das relações com o mercado.

- Na lógica de sobrevivência, a estrutura da unidade produtora é reduzida e a mão-de-obra pouco abundante: 1 a 3 ha cercados e cultivados, 5 a 10 caprinos ou ovinos. O chefe da unidade é jovem, em fase de instalação ou, então, idoso, já aposentado e em fase de descapitalização. No primeiro caso, freqüentemente faz serviços para terceiros, como trabalhador rural, a fim de sustentar a família. Os itinerários técnicos adotados, considerados simples pelos especialistas, não fazem uso de insumos e são de baixo risco. As culturas são essencialmente alimentícias. Um ano de seca pode trazer graves conseqüências para a unidade produtiva, e seu chefe acaba, então, migrando para o Sul do País à procura de emprego.
- Para a lógica mista ou de diversificação, uma vez passada a fase de instalação, os meios de produção são mais importantes.

As crianças em idade de trabalhar ajudam nas tarefas agropecuárias. As áreas cercadas e cultivadas e o tamanho do rebanho são também maiores. O produtor visa à segurança, procurando equilíbrios, polivalências e complementaridades: exploração de diferentes tipos de solo, diversificação das atividades agropecuárias (cultivos alimentares, forrageiros e comerciais), das fontes de renda (criação de animais, agricultura, serviços de pedreiro) e das espécies animais (caprinos, ovinos, bovinos). O autoconsumo é grande, a mão-de-obra é escassa. O equilíbrio permanece precário e pode ser quebrado no caso de anos sucessivos de seca.

- Na lógica de renda ou de especialização, os meios de produção disponíveis permitem uma relativa especialização. A produção é especulativa, visa ao mercado mesmo quando o autoconsumo permanece. O chefe da unidade exerce, por vezes, atividades de intermediação comercial, paralelamente a uma das duas atividades na qual ele é especializado, a agricultura ou a pecuária. Emprega trabalhadores rurais sazonais, principalmente no caso de uma orientação agrícola (melancia, mamona, feijão, etc.). Os itinerários técnicos evoluem: cultivos forrageiros para o rebanho, aluguel de um trator e utilização de produtos fitossanitários. Segundo os anos e os imprevistos econômicos e climáticos, o acúmulo permite aumentar as áreas cercadas ou cultivadas, ou mesmo comprar um veículo utilitário.

### Em Pintadas, BA – O capital fundiário

Uma tipologia no Município de Pintadas foi realizada por Albert & Sablayrolles (1989) depois de um estudo com 1.080 unidades de produção que representavam o conjunto dos produtores. Ela distingue cinco tipos de produtor, que se diferenciam pelo nível de capital (essencialmente terras e gado) e pela disponibilidade e distribuição da mão-de-obra (trabalho assalariado fora da unidade ou, ao contrário, emprego de mão-de-obra). A tipologia não se interessa exclusivamente pelos pequenos produtores e confirma a existência de diferentes modos de produção: aqueles dos latifundiários e aqueles dos agricultores familiares. Os cinco tipos identificados são os seguintes:

• Os minifundiários sem pecuária (tipo 1) representam 19% dos produtores e detêm 2% das terras. Geralmente assalariados agrícolas, possuem menos de 4 ha e não possuem gado. Alguns cultivam um pedaço de terra dentro das fazendas; em troca, deixam o terreno plantado com gramíneas forrageiras depois da colheita. Frequentemente se arriscam a plantar durante o verão, pois sua força de trabalho está ocupada fora da unidade por ocasião das chuvas de inverno. Os chefes de unidade e seus filhos mais velhos são obrigados a migrar para o sul a fim de completar a renda familiar. Por ocasião das secas, a venda da terra e a migração definitiva são comuns.

• Os minifundiários com pecuária (tipo 2) representam 40% dos produtores e detêm 13% das terras. Suas propriedades, de 5 a 20 ha, couberam-lhes por herança ou são oriundas de uma compra feita graças às economias da migração. Possuem alguns animais, geralmente 1 ou 2 vacas que lhes fornecem leite para consumo próprio e, por vezes, alguns ovinos. Eles migram sazonalmente e podem ser levados a vender suas propriedades e migrar definitivamente em caso de seca prolongada.

• Os criadores camponeses (tipo 3) representam 36% dos produtores e detêm 32% das terras. Suas propriedades ocupam entre 20 e 80 ha e lhes proporcionam rendas suficientes. A mão-de-obra utilizada é essencialmente familiar, mas podem contratar assalariados quando há sobrecarga de trabalho. Possuem entre 20 e 40 bovinos (10 a 15 vacas), alguns ovinos e porcos. Vendem leite, novilhos e vacas descartadas. As atividades agropecuárias são diversificadas. Os homens jovens migram com o objetivo de acumular uma poupança que lhes permitirá instalar-se, enquanto os pais cuidam de suas terras e dos seus animais.

• Os pecuaristas patrões (tipo 4) representam 3% dos produtores e detêm 11,5% das terras. Suas propriedades ocupam 80 a 500 ha. Seus sistemas de produção são semelhantes àqueles dos criadores camponeses. Aliás, na maioria dos casos, são antigos membros dessa categoria que conseguiram acumular riqueza ao longo da sua vida. Frequentemente, com idade entre 50 e 60 anos, beneficiaram-se da relativa abundância e dos baixos preços da terra, há cerca de 20 anos. Criam essencialmente bovinos, chegando a ter rebanhos de 200 a

300 cabeças, cuja finalidade é mista: venda de leite, novilhos (machos e fêmeas), bois e vacas para abate, visando à renovação do rebanho. O produtor, presente em sua unidade, emprega sistematicamente mão-de-obra assalariada. Ele possui casa na cidade e automóvel. Esse grupo, pouco numeroso, é importante, por oferecer trabalho para os minifundiários.

• Os latifundiários (tipo 5) representam 2% dos produtores e detêm 41,5% das terras. Os proprietários moram em Feira de Santana ou Salvador e confiam a gestão de sua propriedade (com áreas variando de 500 a 3.500 hectares) a um administrador ou vaqueiro que nela reside. Se o latifúndio clássico, da pecuária extensiva de gado de corte sem investimento produtivo, ainda existe, cada vez mais os latifundiários voltam-se para modos de produção mais intensivos, principalmente em matéria de produção de leite. Essas unidades representam a mais importante fonte de empregos para os trabalhadores rurais.

### Mão-de-obra e estrutura das rendas em Tauá, CE

No Município de Tauá o nível de capital, a disponibilidade e a distribuição de mão-de-obra e a estrutura da renda são colocados em foco por Tourrand et al. (1993), para explicar a diversidade das unidades produtoras com menos de 200 hectares. Após uma pesquisa com 200 produtores, os autores distinguiram seis tipos:

• Os produtores sem terras e os minifundiários (tipo 1) exploram uma área territorial inferior a 10 ha. Praticam uma agricultura pluvial em suas terras, ou trabalham como meeiros, ou vendem sua força de trabalho. Geralmente, não possuem gado. Seus recursos financeiros originam-se, principalmente, de atividades não agrícolas exercidas fora das unidades. Esses recursos perfaziam uma soma em torno de 0,75 salário mínimo mensal, na época da sondagem, em 1993. Os chefes da unidade são geralmente jovens.

• Os aposentados (tipo 2), como os precedentes, dispõem de um baixo capital de exploração e têm, em média, 67 anos. Sua renda correspondia a 1,8 salário mínimo mensal, em 1993, sendo grande parte proveniente da pensão paga pelo Estado ao produtor ou a um outro membro da família. A diferença entre

a renda desse tipo e a do precedente era de cerca de um salário mínimo, que correspondia ao montante da aposentadoria.

- Os pequenos produtores (tipo 3) exploram uma área que varia entre 20 e 50 ha. O chefe da unidade tem uma média de 55 anos. Ele possui alguns ruminantes, em particular, ovinos. A agricultura é essencialmente pluvial, embora existam algumas culturas praticadas em terras de vazante ou irrigadas. A venda da força de trabalho, prática freqüente, equivale a um mês de trabalho por ano. A renda média girava em torno de 1,2 salário mínimo mensal. A renda vinda da aposentadoria constitui uma parte nada negligenciável dos recursos financeiros, apesar de o essencial provir de atividades exercidas fora da unidade.
- Os pequenos produtores que utilizam irrigação (tipo 4) distinguem-se dos precedentes pela importância da agricultura em terras de vazante ou irrigadas. Uma parte significativa de sua produção agrícola é comercializada. Sua renda anual era de cerca de dois salários mínimos mensais, e provinha de fontes diversificadas: culturas irrigadas, venda de gado, aposentadoria, etc.
- Os agropecuaristas (tipo 5) possuem 117 ha em média, sendo suas unidades nitidamente maiores que as precedentes. O mesmo acontece com a área cultivada, tanto em sistema pluvial quanto em terras de vazante ou irrigadas. A venda de animais é a principal fonte de renda: todos possuem bovinos e algumas dezenas de cabeças de outros ruminantes, principalmente ovinos. A renda média chegava a cerca de seis salários mínimos mensais.
- Os produtores de leite (tipo 6) têm unidades de produção de tamanho médio, superior àquelas do tipo precedente, e alcançam 160 ha. Sua renda era de oito salários mínimos mensais e provinha em grande parte da venda de laticínios. Esses produtores possuíam mais de 30 bovinos, dos quais cerca de 10 eram vacas leiteiras.

## Natureza das atividades da pecuária em Nossa Senhora da Glória, SE

No Município de Nossa Senhora da Glória, uma tipologia das unidades de produção com menos de 150 ha distingue três tipos de

situação – sobrevivência, mista e produção comercial –, segundo as características e a natureza das atividades pecuárias (Caron, 1998; Tabela 1).

- Os produtores em situação de sobrevivência possuem menos de 8 ha, não vendem leite e vivem, os mais jovens, com renda proveniente da venda de mão-de-obra, e, os mais idosos, de fontes variáveis de renda (aposentadoria, ajuda de familiares).
- Os produtores em situação mista possuem entre 6 e 25 ha de terra, e 5 ou 6 vacas leiteiras (3 a 10 unidades animais). Vivem quase exclusivamente da renda da pecuária. A venda – direta a uma fabriqueta ou à indústria – de leite e queijo é essencial. Vendem menos mão-de-obra e empregam mais do que o tipo precedente.
- Os produtores de tipo comercial contam com 20 ha de terra e 10 a 20 vacas leiteiras. Os lucros com a pecuária são importantes mas, freqüentemente, eles têm outras fontes de renda, em geral extra-agrícolas (comércio, emprego, etc.). Esses produtores podem utilizar mão-de-obra externa de forma significativa.

## Acúmulo e trajetórias das unidades produtoras

Além das particularidades de cada uma das tipologias apresentadas anteriormente, aparecem os traços gerais de diferenciação das unidades de produção do Nordeste semi-árido. Entre as unidades familiares, as características estruturais e o acesso aos meios de produção representam os principais fatores de diferenciação. Trata-se, em particular, do acesso à terra<sup>14</sup>, do tamanho e da estrutura do rebanho e da mão-de-obra familiar disponível. Essa última depende estreitamente das características demográficas e da intensidade dos fenômenos migratórios. Se as

<sup>14</sup> O caso dos camponeses sem terra não é tratado nas tipologias apresentadas aqui a título de ilustração. Em numerosos casos, embora os dados estatísticos sejam contestados, eles representam uma categoria importante de famílias exercendo atividades agropecuárias (como assalariados ou meeiros).

**Tabela 1.** Características médias dos tipos de unidades de menos de 150 ha de Nossa Senhora da Glória, SE.

Subtipos	Sobrevivência					Mista					Comercial					Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Número de casos	39	54	25	30	34	34	226	9	20	21	492					
Porcentagem de casos	8	11	5	6	7	7	46	2	4	4	100					
Idade	24	48	31	49	69	52	44	40	54	55	46					
Número de pessoas	4,0	6,1	5,1	5,7	4,3	6,4	5,3	4,6	5,3	5,7	5,2					
Número de pesosos com mais de 12 anos	2,2	4,0	2,5	3,9	3,3	4,2	3,7	3,2	4,3	4,3	3,6					
Mão-de-obra alugada (homens/mês)	7,4	6,5	5,8	5,9	2,6	4,0	2,9	0	1,4	0,8	3,9					
Mão-de-obra empregada (homens/mês)	0,6	0,3	0,7	0,2	1,1	0,9	1,4	2,8	6,0	2,5	1,4					
Área (ha)	3,3	3,6	3,7	6,5	10,7	17,0	23,0	20,0	65,1	46,6	19,1					
Pastagens de gramíneas (%)	18	25	29	29	22	22	33	77	48	37	30					
Caatinga (%)	5	8	8	9	17	19	13	5	10	20	12					
Palma forrageira (%)	11	16	19	12	18	10	12	9	8	8	12					
Área cultivada (ha)*	1,5	1,8	2,0	2,4	2,3	3,0	4,0	6,7	8,8	5,5	3,4					
Bovinos (UA)	0,6	0,2	2,4	2,5	1,6	5,8	9,7	19,8	27,9	18,6	7,6					
Vacas leiteiras	0,1	0	1,3	1,4	0,7	2,6	5,4	10,0	16,2	9,5	4,1					
Carga (UA/ha)	0,46	-	0,93	0,79	0,40	0,47	0,68	1,04	0,49	0,46	0,60					

Fonte: Pesquisa realizada com 492 das 1.489 unidades produtoras de menos de 150 ha, em 1995.

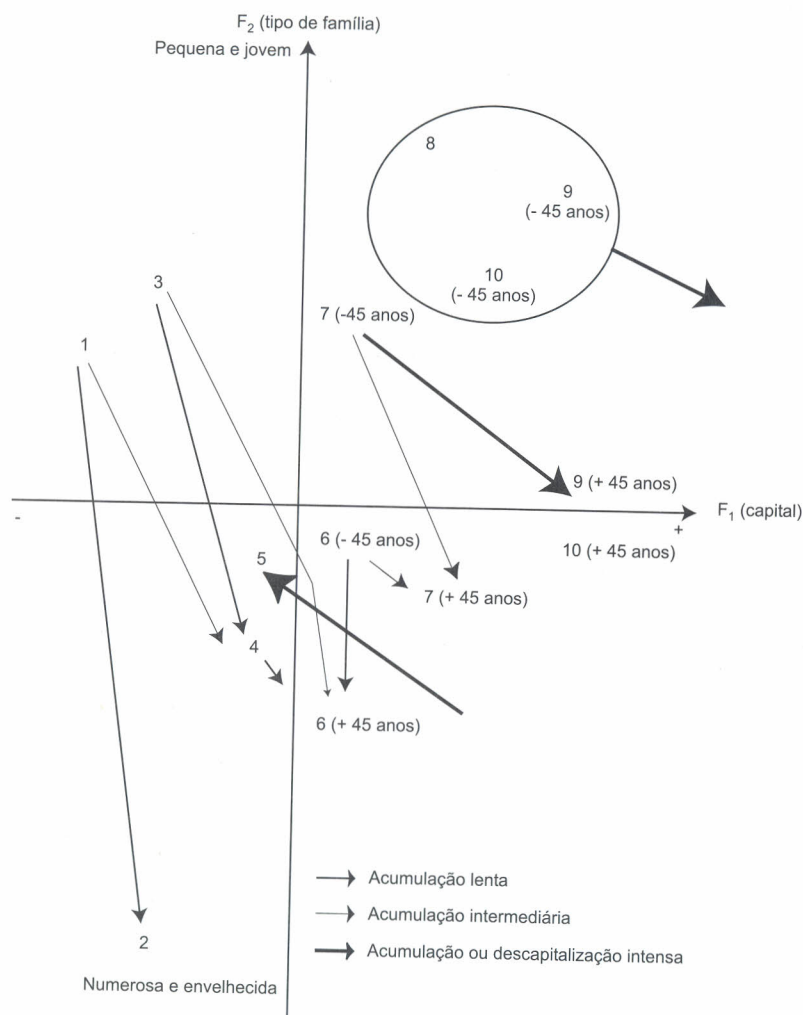
orientações estratégicas do produtor diferenciam igualmente o funcionamento das unidades, as características estruturais representam um papel predominante. Opções de produção e modos de articulação com o mercado estão estreitamente ligados a elas.

As pesquisas revelam e as tipologias traduzem que os processos de capitalização imprimem o ritmo da vida ativa do produtor: nada de surpreendente ou de novo em tudo isso. A acumulação pode servir aos mais diversos projetos: enfrentar eventuais secas, constituindo para isso uma poupança de precaução; reconstruir os meios de produção suficientes após a partilha do patrimônio do pai; preparar a instalação dos filhos nas melhores condições possíveis; financiar estudos das crianças para possibilitar-lhes o acesso a empregos na cidade; fazer face às despesas relativas à saúde, uma vez que os agricultores familiares geralmente não têm acesso a seguros de saúde ou de vida; ter acesso a bens de consumo (moradia, veículo, televisão, etc.) que representam também fontes de prestígio; construir uma situação financeira que lhes permita trabalhar menos ou contratar peões. É, entretanto, interessante analisar mais detalhadamente os mecanismos de acumulação dos produtores e os incidentes que esses processos podem ocasionar na gestão da unidade de produção.

A primeira tipologia dos produtores familiares elaborada em Massaroca (Tonneau et al., 1988) evidencia o ciclo de vida das unidades de produção. Lógicas de sobrevivência, mista, de renda e, de novo, de sobrevivência sucedem-se ao longo de uma trajetória imaginária, indo da instalação até a aposentadoria, marcada por processos de capitalização e descapitalização. Entretanto, nem todos seguem os mesmos itinerários.

A tipologia das unidades de menos de 150 ha de Nossa Senhora da Glória foi elaborada graças a uma análise fatorial de correspondência realizada a partir dos dados coletados em 492 unidades de produção. As variáveis estruturais ligadas ao capital de produção da unidade (área total, área cultivada, número de bovinos, número de fontes de água) constituem o primeiro eixo, F1, da análise (13,51% da inércia), enquanto as variáveis ligadas à estrutura da família (idade do chefe da unidade, mão-de-obra disponível, emprego ou venda da mão-de-obra) conformam o segundo eixo, F2, (7,23% da inércia). Depois de ter diferenciado os produtores com mais e com menos de 45 anos,

a projeção dos subtipos sobre o plano fatorial F1 – F2 (Fig. 8) permite imaginar as trajetórias de evolução das unidades de produção ao longo dos últimos anos (Caron, 1998). Na medida em que o conjunto de produtores interrogados ocupa um eixo transversal, só pode tratar-se de hipóteses corroboradas pela importância concedida à história das unidades de produção.



**Fig. 8.** Projeção dos tipos de unidade de produção do Município de Nossa Senhora da Glória sobre os eixos da análise fatorial das correspondências e representação dos processos de acumulação.

Essas pesquisas retrospectivas mostram que a rapidez e a amplitude da acumulação evoluem de acordo com os tipos. As possibilidades de acúmulo são extremamente limitadas para certos produtores dos subtipos 1 (jovens, sem gado) e 3 (jovens, uma vaca) do tipo sobrevivência, que evoluem respectivamente para os subtipos 2 e 4. Essas possibilidades são lentas para alguns produtores dos subtipos 3 e 4 do tipo sobrevivência, que evoluem para o subtipo 6 (produção de leite sem excedente para comercialização), e para aqueles do subtipo 6, que evoluem para o tipo misto. Elas tornam-se rápidas para alguns produtores do tipo misto que evoluem para o tipo de produção comercial. Pode-se, também, imaginar que as unidades de produção do tipo comercial que possuam mais de 20 ha na ocasião de sua instalação possam evoluir para unidades de grande porte (essas últimas não são representadas na amostra, limitada àquelas com menos de 150 ha).

A rapidez e a importância da acumulação dependem estreitamente do capital disponível por ocasião da instalação, mas também da evolução da composição da família e da mão-de-obra disponível. Aí encontramos um dos principais traços do funcionamento das unidades agrícolas familiares, colocado em evidência por Tchayanov (1990): a existência de um ciclo de vida da família, ao longo do qual evoluem o investimento no trabalho e as escolhas de destinação da renda entre consumo, investimento e poupança.

Essa observação sublinha toda a importância que convém conceder aos aspectos demográficos e aos fenômenos migratórios, cujas conseqüências para os processos de acúmulo são múltiplos e complexos.

A migração tem, algumas vezes, por objetivo retornar com um capital significativo. Em outros casos, a venda da mão-de-obra in loco, ou por ocasião de migrações temporárias, representa uma estratégia de adaptação que permite, em uma situação de risco, resolver dificuldades financeiras momentâneas. É, muitas vezes, o caso para os produtores classificados na categoria de sobrevivência, que poupam ainda com mais dificuldades, uma vez que sua força de trabalho é mobilizada fora da unidade. É, também, o caso para as famílias de grande porte, freqüentemente polinucleares, quando o trabalho agrícola não é capaz de ocupar todos os membros de maneira contínua nem de suprir as necessidades de consumo de todos.

Essas trajetórias de acumulação não se encontram exclusivamente na zona semi-árida. Em outros lugares do Brasil, no Cerrado,

na Savana do Planalto Central, Bonnal et al. (1992) fazem uma constatação similar. A tipologia das unidades familiares que propõem é elaborada levando em consideração suas posições em uma trajetória de acumulação. Na Amazônia Ocidental, no Estado de Rondônia, Lena (1992) mostra que os processos de acúmulo dos pequenos produtores acompanham, freqüentemente, uma mobilidade espacial. Após ter conseguido a mais-valia graças a uma valorização dos recursos fundiários, os colonos migram sempre para mais longe na fronteira agrícola, até que possam adquirir terras de tamanho suficiente e realizar uma reconversão nas atividades da pecuária. Os autores insistem na impossibilidade de interpretar o funcionamento e as transformações de uma unidade de produção familiar sem considerar os fenômenos de acumulação e as trajetórias de evolução social e econômica dos produtores.

As pesquisas sobre as práticas dos produtores permitem analisar as trajetórias dos diferentes tipos de unidades. Nos perímetros irrigados do São Francisco, essas trajetórias são marcadas pela substituição do cultivo de árvores frutíferas perenes (mangueiras, vinhas, coqueiros) pelas culturas anuais (tomate, cebola, milho, feijão) e, também, pelo desenvolvimento das atividades de pecuária (Menu & Marinozzi, 1997). Em uma situação de agricultura de sequeiro, essas trajetórias repousam, essencialmente, nas modificações do território e do rebanho da unidade. Nesse último caso, pode-se distinguir três fases: instalação, desenvolvimento e transmissão.

## Etapas das trajetórias das unidades de produção

### Instalação

A instalação corresponde a uma etapa-chave, que condiciona evoluções posteriores. Freqüentemente, é um processo longo e progressivo que coincide com o período compreendido entre o momento em que o produtor começa a gerenciar alguns meios de produção, sua mão-de-obra, o terreno e algumas cabeças de gado, que ele pôde comprar ou que ganhou de seu pai, até o momento em que ele gerencia, de maneira autônoma, os meios necessários para

a reprodução da sua própria família. É difícil, por vezes, discernir com precisão quando esse período começa e quando ele termina. Podem ser distinguidos três casos. No primeiro, os meios de produção obtidos por herança (ou doação dos pais ainda vivos) são suficientes para garantir a autonomia da nova unidade. O produtor tem idade para chefiar sua própria unidade; a instalação é imediata. No segundo caso, esperando ou não receber posteriormente uma parte da herança, o filho resolve migrar à procura de um emprego urbano ou assalariado, o que lhe permitirá acumular um pecúlio suficiente para instalar-se em boas condições. Na época do milagre econômico, um grande número de pequenos produtores do Nordeste tomaram esse caminho. A instalação pode, então, desenvolver-se segundo várias etapas: envio da quantia necessária para que um parente compre os primeiros animais; retorno à terra, para construir sua casa; nova migração para reunir os meios necessários para a compra de terras. No último caso, a herança ou a compra de terras são insuficientes para suprir as necessidades da família, mas, ainda assim, o produtor permanece em sua terra natal. Ele trabalha freqüentemente na unidade de seu pai. Se possui animais, cria-os nas terras da família, o que acelera o aumento do rebanho, tanto mais que seu pai supre, em parte, suas necessidades de consumo. Muitas vezes o filho retarda sua instalação para poder comprar de uma só vez uma propriedade de tamanho suficiente, graças à venda de uma parte do seu rebanho. Por sua vez, o pai se beneficia da mão-de-obra suplementar. É durante esse período que ele poupa mais, se, como é o caso freqüentemente, vários filhos permanecem na unidade familiar. Quando a unidade do pai não permite suprir as necessidades de uma grande família, ou se o filho é impelido por desejo de autonomia, ele pode trabalhar como meeiro, vender sua força de trabalho como trabalhador volante ou migrar. Ele encontra-se, então, em uma situação antes qualificada de sobrevivência – é essa, também, a forma encontrada pelos produtores sem terra para ter acesso à propriedade rural. Se, por acaso, ele não conseguir constituir uma poupança – o desafio é grande –, ele se mantém nesse estágio precário, e poderá ser obrigado a abandonar a vida no campo, em caso de seca.

Existe, então, um limiar, um limite inferior de dotação em meios de produção, essencialmente em recursos fundiários. Enquanto o produtor não tiver ultrapassado esse limiar, os recursos financeiros

são prioritariamente destinados a suprir as necessidades familiares de consumo e, eventualmente, comprar novas terras. Em face das dificuldades de produzir excedentes, o investimento em terras para o desenvolvimento da propriedade é raro, salvo, quando o produtor procura vendê-las para realizar uma mais-valia fundiária. Abaixo deste limiar, o produtor em fase de instalação encontra-se em uma situação de precariedade e de dependência em relação à sua família – a seu pai, em particular – ou de dependência do mercado de trabalho. Esse conjunto de circunstâncias levou Miterique et al. (1996) a dizer que as condições sociais da instalação são tão importantes quanto o capital fundiário do qual dispõe o produtor. É ainda mais difícil libertar-se dessa dependência, porque a mão-de-obra destinada ao trabalho rural é escassa. O grau de tal limiar é, entretanto, relativo e depende da produtividade do trabalho e das necessidades de consumo da família.

Para ultrapassar esse limite, os produtores não hesitam em vender suas terras para comprar outras, em outro lugar, mais baratas. Procuram, então, comprar uma unidade maior ou melhor situada. Lamarche (1994) faz a mesma constatação quanto aos agricultores familiares brasileiros, entre os quais um número considerável pertence à categoria que ele designa como empreendedores: “se a terra é um meio de produção, e isso de modo totalmente vital para a família agrícola, ela não é um território patrimonial ao qual as sociedades camponesas enraizadas se sentem apegadas; ela é mais um bem futuro, um patrimônio do ponto de vista imaginário, que o nordestino pode esperar constituir se resolve enfrentar a aventura da migração”. Lena (1992) coloca em evidência um processo similar na Amazônia.

Convém, é claro, analisar esses fenômenos à luz das condições locais de acesso aos recursos fundiários. Apresentam-se três tipos de situação:

- O uso dos recursos fundiários pode ser açambarcado individualmente, como em Massaroca. A instalação está ligada à herança ou à doação pelo pai de áreas cercadas ou então, graças à migração, à constituição de um capital suficiente para cercar as terras. É geralmente precoce. Poucos filhos ficam na unidade paterna até uma idade avançada, e poucas são as unidades onde a família é polinuclear. O tamanho das famílias é, então, menor do que em outros lugares, e as transações fundiárias são raras.

- Todas as terras são cercadas, mas as áreas de Caatinga são importantes. Quando o desmatamento e a instalação de cultivos ou de pastagens é possível, o produtor pode conseguir realizar uma mais-valia pela reorganização da unidade (cerca, pontos de captação de água, instalação de pastos, etc.), terras essas que ele revende para se instalar em outro lugar. Esse era um caso freqüente, nos anos 70, em Nossa Senhora da Glória, ainda mais que muitos dos produtores eram, eles próprios, naturais do Agreste.

- A Caatinga quase desapareceu, cedendo lugar aos pastos artificiais. O preço da terra aumentou de maneira significativa. A instalação aconteceu mais tarde, as famílias polinucleares são inúmeras, como em Pintadas e Tauá, e a migração de um ou vários membros da família é freqüente. A restrição do acesso à terra pesa ainda mais, pois a área das unidades é reduzida e sua fragmentação, por ocasião da partilha, gera propriedades muito pequenas.

A área da unidade ocupa um lugar central por ocasião da instalação. Quando o capital e a mão-de-obra permitem, uma vez feita a aquisição, ela é transformada, para tornar-se o suporte de novos empreendimentos ou para ser vendida ou trocada. Do mesmo modo, o rebanho tem um papel muito importante. Criado nas terras de um parente, ele representa uma forma de poupança privilegiada, para o acesso à propriedade fundiária. Mais tarde, a venda de animais pode fornecer os meios financeiros (complementares) para realizar uma transação fundiária. O rebanho também constitui um importante empreendimento, freqüentemente necessário à valorização ou ao desenvolvimento da unidade. Quando a poupança não permite a aquisição de bovinos, a criação de pequenos ruminantes constitui, muitas vezes, uma etapa intermediária e provisória. Quando o rebanho já é considerável, o criador pode trocar, ao menos em parte, alguns ovinos e caprinos por bois.

## Desenvolvimento

Podem-se distinguir as situações onde existem terras de livre acesso daquelas onde as terras são todas cercadas. No primeiro caso, o acúmulo tem como base o aumento do rebanho – levado para pastar exclusivamente em pastagens livres –, ou em novas terras



cercadas. Para cercar, o produtor deve separar os recursos necessários para a compra do arame, sem reduzir muito o tamanho de seu rebanho. É esse rebanho que permite valorizar a Caatinga de acesso livre e gratuito. Dele, pois, depende a produção da unidade, sendo ele, ao mesmo tempo, capital produtivo e patrimônio mobilizável. Os proventos das lavouras e das atividades extra-agrícolas aceleram o processo de acúmulo. No segundo caso, duas vias podem ser seguidas e mesmo combinadas. A primeira via corresponde a um crescimento da unidade sem maiores mudanças técnicas; a segunda, ao aumento da produtividade agrícola acompanhada de importantes mudanças técnicas e de investimentos financeiros.

Como veremos no capítulo *Sistemas de intermediação e valorização econômica dos produtos*, a criação representa um papel da maior importância nos processos de acumulação. As evoluções baseiam-se nas escolhas de destinação dos recursos, principalmente financeiros. A rapidez e a extensão – inclusive nula e mesmo negativa – das variações do capital produtivo dependem de vários fatores:

- Os meios de produção (capital, mão-de-obra), assim como sua gestão e a produção que deles resulta.
- Os imprevistos climáticos e econômicos.
- O nível de risco que o produtor está pronto para assumir. Em Nossa Senhora da Glória, por exemplo, alguns produtores venderam todo o seu rebanho para aumentar mais rapidamente a área de sua propriedade. O risco é, então, considerável. O acúmulo de recursos, porém, pode ser mais rápido. Em Tauá, alguns produtores decidem endividar-se para investir na irrigação, outros não. Por toda parte, a existência de uma fonte regular de renda fora da agricultura é um fator de estabilidade e relativiza os riscos.
- A obtenção de ajudas financeiras, no quadro de projetos de desenvolvimento. Choudens (1992) mostrou, por exemplo, que as trajetórias de evolução das unidades de produção da pequena região de Massaroca, entre 1987 e 1992, estavam vinculadas à capacidade dos produtores em mobilizar ajudas financeiras exógenas (créditos, subsídios).

O acúmulo de recursos não se traduz unicamente por um aumento de capital da unidade. Comprando um caminhão, alguns

produtores tornam-se, por vezes, comerciantes, sem, para isso, abandonar a produção agrícola. Tais fenômenos, porém, só são observados uma vez ultrapassado o limite da precariedade.

Inversamente, os grandes proprietários rurais, freqüentemente ausentes de suas terras, investem no setor agrícola o capital oriundo dos setores secundário e terciário. Eles já possuem patrimônio fundiário, que procuram conservar, e mesmo valorizar, comprando animais e obtendo subsídios ou créditos com taxas bonificadas. Eles apostam nas variações sazonais e regionais da cotação da carne. A pecuária, para eles, reveste-se de um caráter especulativo.

## Transmissão

A transmissão do patrimônio realiza-se segundo duas modalidades distintas observadas. No primeiro caso, previsto por lei, o patrimônio é dividido pela morte de um dos pais, entre o cônjuge – que recebe a metade dos bens – e todos os filhos – que recebem a outra metade, dividida em partes iguais. Com a morte do outro dos pais, a primeira metade é, por sua vez, dividida igualmente entre os filhos. Esse modo de devolução igualitária acarreta o rápido desmembramento das unidades: uma propriedade de 10 mil hectares pode, teoricamente, fragmentar-se em propriedades de 1 ha, em um século. Quando a unidade torna-se pequena demais para ser dividida e assegurar aos herdeiros meios de subsistência, os filhos procuram instalar-se em outro lugar, após uma fase de migração ou de trabalho como meeiro. São eles que alimentam os fluxos migratórios. Por ocasião da partilha, os regroupamentos podem acontecer amigavelmente entre os irmãos. Os que partem para a cidade ou para morar com os sogros vendem sua parte da herança àqueles que ficam. Outras formas de reagrupamento são observadas quando a estrutura fundiária da unidade produtora torna-se por demais restrita. Em Tauá, por exemplo, as propriedades são, ou eram, delimitadas e divididas em função do acesso aos baixios. Desse modo, elas podem ter vários quilômetros de comprimento por algumas dezenas de metros de largura. Então, acordos são feitos entre os herdeiros.

No segundo caso, os pais, ainda em vida, dão aos filhos uma parcela ou animais, logo quando são bem jovens. Trata-se de uma

prática freqüente de distribuição que substituiu o dote para as filhas e a ajuda para instalar-se dada aos filhos. Vimos que, ao contrário, a doação pode ser retardada ao máximo pelo pai que, concedendo certos privilégios aos filhos, pode dispor de mão-de-obra abundante quando a idade não lhe permite mais trabalhar tanto quanto antes. Ele mantém ainda mais facilmente seus filhos, uma vez que as possibilidades de acesso à terra são raras.

Em conclusão, as pesquisas retrospectivas realizadas com as unidades produtoras evidenciam trajetórias de evolução que dependem do capital fundiário e da estrutura das unidades por ocasião de sua instalação (Fig. 9). Existe um limiar de auto-subsistência, variável conforme os lugares e os sistemas de produção, abaixo do qual o produtor e sua família são obrigados a procurar meios de sobrevivência em outro lugar que não na unidade: recorrendo ao trabalho como meeiro ou peão, trabalhando para o pai ou migrando. Abaixo desse limite, a maior parte dos recursos financeiros é mobilizada para o consumo. Investimento e poupança tornam-se difíceis. Esse limite raramente é ultrapassado de maneira definitiva; uma seca pode forçar a migração a qualquer momento. Em seguida, o acúmulo de recursos pode traduzir-se por uma série de compras de terras, representadas na Fig. 9 por uma seqüência de etapas ou por uma intensificação dos sistemas de produção, acompanhada de profundas mudanças técnicas. O capital fundiário é, enfim, dividido na ocasião da transmissão.

As três fases, instalação, desenvolvimento e transmissão, mais ou menos longas e diferenciadas, repetem-se em cada geração. Pode-se, então, falar de ciclo de vida. Modigliani & Brumberg (1954) explicam esse ciclo pela diminuição de rendas no final da vida e pela flutuação do consumo ao longo da vida, ambas apoiando-se em uma antecipação das situações e motivando os processos de acúmulo de patrimônio. Como destaca Masson (1993), o patrimônio permanece como uma reserva de consumo diferida, porém ampliada para a descendência.

Ao longo dessas trajetórias, as funções econômicas e sociais das produções evoluem. A pecuária, mais que outras atividades, ilustra bem esse fenômeno, como veremos adiante (Caron, 1998). Por sua vez, a análise dessas trajetórias revela a variabilidade dos perfis do que chamamos habitualmente de unidade de produção agropecuária. Tais

perfis são diferentes conforme os lugares e os momentos, às vezes caracterizados por uma célula familiar mononuclear, outras, por uma estrutura polinuclear cujas ramificações estendem-se no meio urbano. Eles também são evolutivos, os de uma mesma unidade transformando-se continuamente ao longo da vida.

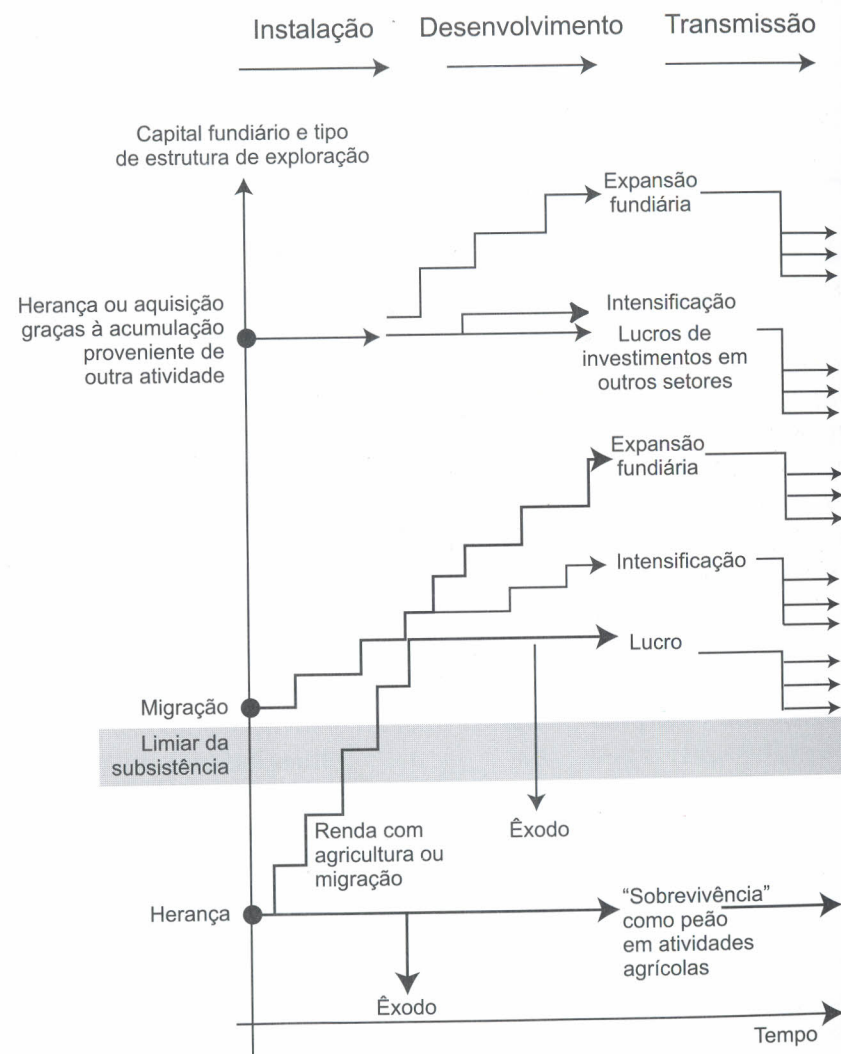


Fig. 9. Trajetórias da unidade: o ciclo de vida.

A distribuição fundiária e a existência ou não de recursos fundiários apropriados têm um papel primordial. O mesmo aplica-se aos fenômenos migratórios, que modificam as características demográficas, a estrutura da mão-de-obra agrícola e a estrutura das rendas. Logo, a natureza do espaço local condiciona essas trajetórias de evolução.